

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1517865 - CE (2015/0044017-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TV JANGADEIRO LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE
ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - CE004040
RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES -
CE016077
AGRAVADO : JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO JÚNIOR
AGRAVADO : ALEXSANDRA RIBEIRO CAMELO
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO MIRANDA DE MELO E
OUTRO(S) - CE020433
INTERES. : EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A
ADVOGADO : MAURO FERREIRA SALES E OUTRO(S) - CE003523

EMENTA

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE
NEGOU PROVIMENTO AO APELO EXTREMO.**

INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte a respeito da interpretação dada ao art. 200 do Código Civil, segundo a qual, em se tratando pretensão indenizatória fundada na responsabilidade civil por fato que fora apurado no juízo criminal, não corre a prescrição antes do advento da respectiva sentença penal. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Na hipótese, para derruir as conclusões do acórdão recorrido, no sentido da existência de sentença penal relacionada aos fatos que deram ensejo a presente demanda, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator